



Número: **0600680-82.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Thiago Paiva dos Santos**

Última distribuição : **08/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600589-47.2020.6.16.0014**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral, Mandado de Segurança, Requerimento de Acesso ao Sistema Interno de Controle e Dados de Pesquisas Eleitorais**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança com pedido liminar nº 0600680-82.2020.6.16.00000 impetrado por PPM- Pesquisa Planejamento Marketing Ltda - ME em face do ato do Juízo da 014ª Zona Eleitoral de Ponta Grossa/PR, que deferiu o pedido liminar, determinando: i) com fulcro no art. 16, § 1º, da Resolução nº 23600/2019 do TSE, a suspensão da divulgação dos resultados da pesquisa registrada no TSE sob nº PR-00324/2020, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), limitada a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - art. 537 do CPC; ii) com fulcro no art. 13, caput e § 2º, da Resolução nº 23.600/2019 do TSE, que a representada dê à representante acesso ao "sistema interno de controle, verificação e fiscalização da coleta de dados das entidades e das empresas que divulgarem pesquisas de opinião relativas aos candidatos e às eleições, incluídos os referentes à identificação dos entrevistadores e, por meio de escolha livre e aleatória de planilhas individuais, mapas ou equivalentes, confrontar e conferir os dados publicados, preservada a identidade dos entrevistados" e "relatório entregue ao solicitante da pesquisa e ao modelo do questionário aplicado, para facilitar a conferência das informações divulgadas", nos autos de Representação - Impugnação de pesquisa com pedido liminar nº 0600589-47.2020.6.16.0014, registrada sob nº PR- 00324/2020, e em 5/11/2020 com data de divulgação em 11/11/2020, para o cargo de Prefeito em Ponta Grossa/PR, alegando : i) inconsistência dos dados de ponderação referentes à faixa etária; ii) da inconsistência de dados de ponderação referentes ao grau de instrução; e iii) vícios no questionário. Solicitou a concessão de medida liminar para suspensão da divulgação. (Requer: - o recebimento e processamento do presente mandado de segurança, concedendo provimento liminar, de forma inaudita altera parte, para o fim de, revendo a orientação da autoridade impetrada, autorizar a divulgação da pesquisa eleitoral registrada sob o nº PR- 00324/2020 restabelecendo a legalidade do registro, e suspendendo os efeitos da decisão liminar proferida pelo Juízo da 14ª Zona Eleitoral de Ponta Grossa/PR, nos autos de representação eleitoral nº 0600589-47.2020.6.16.0014; ao final, em decisão de mérito, seja concedida a segurança, confirmando os efeitos da liminar eventualmente concedida, decidindo pela legalidade do registro da pesquisa eleitoral nº PR-00324/202).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes   | Procurador/Terceiro vinculado                                     |
|--|---|
| PPM-PESQUISA PLANEJAMENTO MARKETING LTDA<br>(IMPETRANTE) | IGOR JOSE TROJAN (ADVOGADO)<br>FABIANO DA ROCHA GALVAO (ADVOGADO) |

|   |                    |                         |  |
|---|--------------------|-------------------------|--|
| JUÍZO DA 014ª ZONA ELEITORAL DE PONTA GROSSA PR (IMPETRADO)   |                    |                         |  |
| UNIÃO DE FORÇAS POR PONTA GROSSA 77-SOLIDARIEDADE / 10-REPUBLICANOS / 14-PTB / 17-PSL / 22-PL / 90-PROS / 28-PRTB / 36-PTC / 25-DEM / 51-PATRIOTA (LITISCONSORTE) |                    |                         | JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI (ADVOGADO)<br>PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU (ADVOGADO)<br>DYLLIARDI ALESSI (ADVOGADO)<br>LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO) |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)  |                    |                         |  |
| Documentos  |                    |                         |  |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento               | Tipo   |
| 21813416  | 01/12/2020 22:25   | <a href="#">Decisão</a> | Decisão  |



**JUSTIÇA ELEITORAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**Autos de MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120) nº 0600680-82.2020.6.16.0000**

**IMPETRANTE:** PPM-PESQUISA PLANEJAMENTO MARKETING LTDA

**Advogados do(a) IMPETRANTE:** IGOR JOSE TROJAN - PR0059921, FABIANO DA ROCHA GALVAO - PR62518

**IMPETRADO:** JUÍZO DA 014ª ZONA ELEITORAL DE PONTA GROSSA PR LITISCONSORTE: UNIÃO DE FORÇAS POR PONTA GROSSA 77-SOLIDARIEDADE / 10-REPUBLICANOS / 14-PTB / 17-PSL / 22-PL / 90-PROS / 28-PRTB / 36-PTC / 25-DEM / 51-PATRIOTA

**Advogado do(a) IMPETRADO:**

**Advogados do(a) LITISCONSORTE:** JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI - PR0081995, PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU - PR0097632, DYLLIARDI ALESSI - PR0055617, LUIZ EDUARDO PECCININ - PR0058101

**RELATOR:** THIAGO PAIVA DOS SANTOS

**DECISÃO**

Trata-se de mandado de segurança impetrado por PPM-PESQUISA PLANEJAMENTO MARKETING LTDA—ME face à decisão pela qual o Juízo da 14ª Zona Eleitoral de Ponta Grossa deferiu medida liminar, postulada no bojo dos autos de representação nº 0600589-47.2020.6.16.0014, com vistas a impedir a divulgação da pesquisa eleitoral registrada sob nº PR-00324/2020.

A antecipação de tutela foi deferida liminarmente para autorizar a divulgação da pesquisa.

Na sequência, a COLIGAÇÃO “UNIÃO DE FORÇAS POR PONTA GROSSA” requereu a reconsideração da decisão liminar, o que foi indeferido.

O juízo eleitoral prestou informações e, ato contínuo, vieram os autos conclusos.

Pois bem.

O pedido veiculado no presente *mandamus* volta-se tão somente à autorização para divulgação da pesquisa eleitoral registrada sob o nº PR-00324/2020. Com a passagem do pleito eleitoral de 15/11/2020, tem-se por ocorrida a perda superveniente do interesse de agir, eis que esvaziada a utilidade da presente demanda.

Nesse sentido:



ELEIÇÕES 2016. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PESQUISA DE INTENÇÃO DE VOTOS. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE RECURSAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

I. Precedentes: TRE-PR Rep. 3249-18, Rel. Lourival Pedro Chemim, julgado em 27/10/2014; TRE/PR, MS Nº 3477-90.2014.6.16.0000, Relator: Dr. Josafá Antonio Lemes, 24 de novembro de 2014.

**II. O término do período de propaganda eleitoral importa na perda superveniente do interesse recursal, nas representações que versam sobre divulgação de pesquisa eleitoral.**

III. O recurso não pode alterar a conclusão da decisão monocrática, pois o pleito eleitoral já se encerrou no dia 05/10/2014.

[TRE/PR, AgRg-MS nº 453-83, rel. Dr. Lourival Pedro Chemim, j. 06.10.2016; não destacado no original]

Ainda:

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES 2017 – MANDADO DE SEGURANÇA – PESQUISA ELEITORAL – SUPERVENIÊNCIA DAS ELEIÇÕES – PERDA DE OBJETO – EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

**1. Com a superveniência das eleições, não subsiste interesse processual relacionado à divulgação ou não de resultados de pesquisa eleitoral. Precedentes do TRE/PR e do TSE.**

2. Mandado de segurança prejudicado. Processo extinto sem resolução do mérito [TRE/PR, MS 12352 DJe 07.04.2017; não destacado no original].

Sem prejuízo, inexistente a possibilidade de aplicação ou cobrança de multa.

Restando prejudicada a análise do mérito, a extinção do feito sem resolução do mérito é medida que se impõe.

Forte nas razões expostas, na forma do art. 354, *caput*/c art. 485, VI do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente sem resolução do mérito em razão da perda superveniente do interesse de agir.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Curitiba, 1º de dezembro de 2020.

THIAGO PAIVA DOS SANTOS  
Relator

